

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: PLANEJAMENTO REGIONAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

E-mail: adelciomachado@gmail.com

Solange Sprandel da Silva

Mestra em ciência Jurídica (Univali). Graduada em Direito e Pedagogia. Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Docente e pesquisa da Universidade do Contestado (UnC).

<https://orcid.org/0009-0001-9274-030X>.

E-mail: reitoria@unc.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-39>

RESUMO: Este artigo analisa o papel estratégico das universidades comunitárias na promoção da saúde e bem-estar regional, destacando sua atuação por meio do ensino, pesquisa e extensão. Discute-se como essas instituições desenvolvem projetos inovadores, como clínicas-escola e programas de prevenção, que impactam positivamente os indicadores de saúde local. O estudo identifica desafios estruturais, como sustentabilidade financeira e articulação com políticas públicas, e propõe recomendações para pesquisas futuras e políticas de incentivo. Conclui-se que as universidades comunitárias são agentes transformadores essenciais para a construção de sistemas de saúde mais equitativos e adaptados às realidades regionais.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento regional. universidades comunitárias. saúde regional. bem-estar social. extensão universitária. políticas públicas.

COMMUNITY UNIVERSITY: A REGIONAL PLANNING FOR HEALTH AND WELL-BEING

ABSTRACT: This article analyzes the strategic role of community universities in promoting regional health and well-being, highlighting their role through teaching, research, and outreach. It discusses how these institutions develop innovative projects, such as teaching clinics and prevention programs, that positively impact local health indicators. The study identifies structural challenges, such as financial sustainability and articulation with public policies, and proposes recommendations for future research and incentive policies. It concludes that community universities are essential transformative agents for the construction of more equitable health systems adapted to regional realities.

KEYWORDS: Regional planning. community universities. regional health. social well-being. university outreach. public policies.

INTRODUÇÃO

As universidades comunitárias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento regional, atuando não apenas como instituições de ensino superior, mas como agentes transformadores da realidade social. No contexto brasileiro, essas instituições distinguem-se por seu caráter público não estatal, voltado para o atendimento das demandas locais por meio do ensino, pesquisa e extensão. Um dos campos em que sua atuação se destaca é na promoção da saúde e do bem-estar, áreas essenciais para a qualidade de vida das populações.

Diante das desigualdades regionais e da carência de políticas públicas eficientes em muitas localidades, as universidades comunitárias emergem como espaços estratégicos para a implementação de ações integradas que unem conhecimento acadêmico e intervenção social.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de evidenciar como essas instituições contribuem para a melhoria das condições de saúde em suas regiões, seja por meio de projetos extensionistas, formação de profissionais qualificados ou parcerias com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Posto que se verifiquem iniciativas significativas, ainda há repto a serem superados, como a sustentabilidade financeira dessas universidades e a articulação mais eficiente entre academia, poder público e sociedade. Nesse sentido, a problemática central que este artigo busca abordar é: de que maneira as universidades comunitárias podem fortalecer seu papel como instrumentos regionais de saúde e bem-estar, superando limitações e ampliando seu impacto social?

Metodologicamente, este trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental, analisando publicações acadêmicas, relatórios institucionais e casos concretos de universidades comunitárias que desenvolvem projetos na área da saúde.

Ademais disso, serão considerados dados secundários que demonstrem os efeitos dessas ações nas comunidades atendidas.

Posto isto, o objetivo central é analisar como essas instituições contribuem para a promoção da saúde e da qualidade de vida em suas regiões, identificando boas práticas,

desafios e oportunidades de aprimoramento. Ao fazer isso, espera-se destacar o potencial das universidades comunitárias como pilares do desenvolvimento regional, reforçando sua importância na construção de sociedades mais saudáveis e equitativas.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: ORIGEM E CONCEITOS

A universidade comunitária surge como um modelo educacional que transcende a formação acadêmica tradicional, integrando-se profundamente às demandas sociais de seu entorno. Sua origem remonta às experiências de *community colleges* nos Estados Unidos, no final do século XIX, instituições voltadas para o acesso democrático ao ensino superior e a formação técnica adaptada às necessidades locais (Gleaser, 1968). Esse modelo expandiu-se para outros países, como Canadá e Austrália, sempre com o propósito de fortalecer o vínculo entre universidade e sociedade, promovendo desenvolvimento regional por meio da educação (Garr, 1996).

No contexto europeu, as universidades comunitárias ganharam força com o conceito de “terceira missão universitária”, que, além do ensino e pesquisa, enfatiza a transferência de conhecimento para a comunidade (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000).

No Brasil, as universidades comunitárias têm suas raízes no movimento de expansão do ensino superior a partir da segunda metade do século XX, impulsionado pela necessidade de interiorização da educação e pela insuficiência do Estado em atender toda a demanda por vagas (Cunha, 2003). Diferentemente das instituições públicas federais e estaduais, as comunitárias são entidades sem fins lucrativos, mantidas por fundações ou associações, e caracterizam-se por seu compromisso com o desenvolvimento local (Dias Sobrinho, 2005).

Segundo Morosini (2009), essas universidades distinguem-se por três pilares: ensino de qualidade, pesquisa aplicada e extensão comunitária, formando um tripé que sustenta sua missão social.

O conceito de universidade comunitária no Brasil foi consolidado juridicamente a partir da Lei nº 12.881/2013, que as define como instituições “voltadas ao desenvolvimento regional, com participação da sociedade civil em sua gestão, e que

reinvestem seus excedentes financeiros em melhorias acadêmicas e comunitárias” (Brasil, 2013). Essa definição legal reforça seu caráter público não estatal, diferenciando-as das universidades privadas convencionais. Autores como Santos (2017) destacam que, embora não pertençam ao Estado, essas instituições cumprem uma função pública, especialmente em regiões onde a presença governamental é limitada.

Diversos estudiosos têm contribuído para a conceituação das universidades comunitárias. Para Ristoff (2014), elas representam um “espaço de mediação entre o saber acadêmico e as necessidades sociais”, atuando como agentes de transformação em áreas como saúde, educação e geração de emprego. Já Niskier (2018) enfatiza seu papel na democratização do acesso ao ensino superior, citando exemplos de programas de bolsas e parcerias com municípios para atendimento a populações carentes. Outra perspectiva importante é a de Chauí (2003), que analisa a universidade comunitária como uma resistência à mercantilização da educação, defendendo seu modelo como alternativa à lógica privatista que domina o setor.

A evolução histórica e conceitual das universidades comunitárias demonstra sua adaptação a diferentes realidades nacionais, sempre com o objetivo comum de servir como instrumento de desenvolvimento social. No cenário brasileiro, elas enfrentam desafios como a dependência de recursos públicos (via programas como o PROUNI e FIES) e a necessidade de maior reconhecimento de seu papel (Oliveira, 2020).

No entanto, sua capacidade de articular conhecimento acadêmico com ações práticas em saúde, assistência social e inovação tecnológica as consolida como atores essenciais na promoção do bem-estar regional.

SAÚDE E BEM-ESTAR COMO PILARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A saúde e o bem-estar são conceitos indissociáveis do desenvolvimento regional, especialmente quando consideramos o papel estratégico das universidades comunitárias na promoção de políticas públicas integradas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve um estado

completo de bem-estar físico, mental e social (OMS, 1948). No contexto educacional, esse entendimento ampliado ganha relevância, pois as instituições de ensino superior, em especial as universidades comunitárias, atuam como espaços de formação profissional, produção de conhecimento e intervenção social, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações.

A relação entre educação superior e saúde pública é bem estabelecida na literatura. Como destacam Buss e Pellegrini Filho (2007), a saúde é um campo multidisciplinar que demanda a integração entre saberes acadêmicos e práticas sociais. Nesse sentido, as universidades comunitárias, por sua natureza vinculada ao território, desempenham um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e na implementação de projetos que respondam às demandas locais.

Essas instituições não apenas capacitam médicos, enfermeiros e psicólogos, mas também desenvolvem pesquisas aplicadas e ações extensionistas que fortalecem o SUS e outras políticas públicas (Ceccim; FeuerWerker, 2004).

Um dos principais mecanismos de atuação das universidades comunitárias na área da saúde são os programas de extensão universitária. Essas iniciativas, baseadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, permitem que o conhecimento produzido na academia seja aplicado em benefício direto da sociedade.

Como afirma Demo (2000, p. 45), “a extensão universitária é o elo entre a teoria e a prática, entre a universidade e a comunidade”. Exemplos concretos incluem clínicas-escola que oferecem atendimento psicológico e fisioterapêutico a populações de baixa renda, farmácias comunitárias que disponibilizam medicamentos a preços acessíveis, e campanhas de prevenção a doenças crônicas e infectocontagiosas. Tais ações não apenas melhoraram indicadores de saúde, mas também reforçam o vínculo entre a universidade e seu entorno.

Diversas iniciativas bem-sucedidas ilustram esse potencial. A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), por exemplo, mantém o programa “Saúde no Bairro”, que leva atendimento médico e odontológico a comunidades carentes da região (UNIVALI, 2021). Já a Universidade de Caxias do Sul (UCS) desenvolve o projeto “Vigilância Alimentar e Nutricional”, que combate a desnutrição infantil em parceria com prefeituras locais (UCS,

2020). Esses casos demonstram como as universidades comunitárias podem atuar como agentes transformadores, alinhando formação acadêmica e compromisso social.

No entanto, para que essas ações tenham um impacto ainda maior, é necessário superar desafios estruturais, como a falta de financiamento contínuo e a necessidade de maior articulação intersetorial. Como observa Teixeira (2018, p. 112), “a sustentabilidade dos projetos de extensão em saúde depende não apenas do engajamento das universidades, mas também de políticas públicas que garantam sua continuidade”.

Destarte, embora as universidades comunitárias já desempenhem um papel relevante, há espaço para ampliação de suas contribuições, especialmente por meio de parcerias com gestores públicos e organizações da sociedade civil.

Teixeira (2018) contextualiza que a saúde e o bem-estar são pilares fundamentais para o desenvolvimento regional, e as universidades comunitárias, por sua capilaridade e compromisso social, estão em uma posição privilegiada para promover iniciativas que integrem conhecimento científico e ação transformadora; assim sendo, fortalecer programas de extensão, formar profissionais comprometidos com a saúde pública e fomentar pesquisas aplicadas, cumprem sua missão educacional, bem como também se consolidam como atores-chave na construção de sociedades mais saudáveis e equitativas.

A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA COMO AGENTE DE SAÚDE E BEM-ESTAR

As universidades comunitárias consolidam-se como importantes agentes promotores de saúde e bem-estar regional, atuando como mediadoras entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais. Sua atuação vai além da formação profissional, estendendo-se à implementação de projetos extensionistas que impactam diretamente a qualidade de vida das comunidades (Pereira; Santos, 2019). Um dos eixos centrais dessa contribuição são os projetos de extensão em saúde, que integram ensino, pesquisa e intervenção prática, alinhando-se às necessidades epidemiológicas e sociais locais.

Dentre as iniciativas mais relevantes estão as clínicas-escola, que oferecem atendimento multiprofissional à população, muitas vezes em regiões com carência de serviços públicos de saúde. Esses espaços funcionam como campos de estágio supervisionado, permitindo que estudantes de áreas como Medicina, Enfermagem, Psicologia e Fisioterapia apliquem seus conhecimentos sob orientação docente, ao mesmo tempo em que garantem acesso a consultas, exames e terapias para grupos vulneráveis (Silva; Oliveira, 2021).

Ademais disso, farmácias comunitárias vinculadas a essas universidades desempenham um papel crucial no fornecimento de medicamentos essenciais e no acompanhamento farmacoterapêutico, reduzindo a automedicação e melhorando a adesão a tratamentos (Costa *et al.*, 2020).

Outro aspecto fundamental é a atuação em saúde mental, com serviços de psicologia clínica e comunitária que atendem desde crises individuais até questões coletivas, como violência urbana e impactos socioeconômicos. Pesquisas demonstram que esses serviços ajudam a reduzir os índices de ansiedade e depressão em comunidades carentes, além de fortalecer redes de apoio psicossocial (Pereira; Santos, 2019).

Paralelamente, as universidades comunitárias promovem campanhas de prevenção e promoção da saúde, abordando temas como doenças crônicas, saúde sexual e reprodutiva, e imunização. Essas ações, muitas vezes desenvolvidas em parceria com o SUS, ampliam o alcance das políticas públicas e reforçam a educação em saúde como ferramenta de transformação social (Ribeiro *et al.*, 2022).

A integração entre academia e comunidade nesses projetos não apenas qualifica a formação dos estudantes, mas também gera evidências científicas sobre estratégias eficazes de intervenção em saúde pública. Estudos apontam que regiões com forte presença de universidades comunitárias tendem a apresentar melhores indicadores de saúde, como redução de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida (Almeida; Fernandes, 2023).

No entanto, para que esses benefícios sejam sustentáveis, é essencial que haja financiamento contínuo e políticas de Estado que reconheçam o papel estratégico dessas instituições no sistema de saúde brasileiro.

As universidades comunitárias têm se destacado na produção de pesquisas aplicadas que respondem às demandas específicas de saúde em suas regiões. Uma das principais contribuições está nos estudos epidemiológicos, que mapeiam doenças prevalentes em comunidades locais, identificando fatores de risco e propondo estratégias de prevenção. Essas pesquisas são fundamentais para políticas públicas mais assertivas, uma vez que fornecem dados contextualizados sobre morbidades regionais, como demonstram estudos desenvolvidos por instituições do Sul e Nordeste do Brasil (Santos *et al.*, 2021).

Ademais disso, o desenvolvimento de tecnologias sociais em saúde tem sido uma marca dessas universidades, com a criação de soluções inovadoras e de baixo custo para problemas como acesso a medicamentos, saneamento básico e telemedicina em áreas remotas (Oliveira; Silva, 2020).

A articulação com o SUS e outras instituições de saúde amplifica o impacto dessas pesquisas. Parcerias entre universidades comunitárias e gestores municipais têm permitido a implementação de programas baseados em evidências, como ações de vigilância sanitária e capacitação de agentes comunitários (Brasil, 2019).

Essas colaborações também facilitam a transferência de conhecimento acadêmico para a prática clínica, fortalecendo a integração entre ensino e serviço. Pesquisas indicam que regiões com maior envolvimento de universidades em políticas de saúde apresentam melhorias significativas em indicadores como mortalidade infantil e cobertura vacinal (Costa *et al.*, 2022).

A “performance” das universidades comunitárias na saúde transcende a dimensão técnica, promovendo transformações sociais profundas. Um dos efeitos mais relevantes é a inclusão de populações vulneráveis, como comunidades rurais, periferias urbanas e grupos minorizados, que muitas vezes estão excluídos dos sistemas formais de saúde. Programas de extensão universitária, como consultórios móveis e oficinas de educação em saúde, têm reduzido desigualdades no acesso a cuidados médicos (GOMES; Almeida, 2021). Além disso, a geração de empregos e a qualificação profissional na área da saúde são outros pilares desse impacto. Cursos técnicos e de graduação em enfermagem, medicina e saúde coletiva, oferecidos por essas instituições, formam profissionais

capacitados para atuar em contextos locais, suprindo carências de mão de obra especializada (Pereira et al., 2023).

O resultado dessas iniciativas é uma melhoria mensurável na qualidade de vida das comunidades. Pesquisas mostram que municípios com forte presença de universidades comunitárias apresentam índices mais elevados de desenvolvimento humano, menor incidência de doenças evitáveis e maior expectativa de vida (Ribeiro; Fonseca, 2022). Esses dados reforçam o papel estratégico dessas instituições não apenas como centros de conhecimento, mas como agentes catalisadores de bem-estar social.

INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA O IMPACTO REGIONAL NA SAÚDE E BEM-ESTAR: PERSPECTIVAS FUTURAS DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

As universidades comunitárias têm se consolidado como agentes transformadores no cenário regional, especialmente no que diz respeito à promoção da saúde e do bem-estar social (Souza; Almeida, 2021). Sua atuação vai além da formação acadêmica, integrando-se diretamente às demandas locais por meio de projetos de extensão, pesquisas aplicadas e parcerias intersetoriais. A saúde e o bem-estar, entendidos como pilares do desenvolvimento sustentável, funcionam como mecanismos de impacto regional, uma vez que populações mais saudáveis apresentam maior produtividade, redução de custos públicos com doenças evitáveis e melhoria na qualidade de vida (Souza; Almeida, 2021).

Nesse sentido, as universidades comunitárias desempenham um papel estratégico ao aproximar o conhecimento científico das necessidades concretas das comunidades, atuando como mediadoras entre a teoria e a prática.

A perspectiva futura dessas instituições está intimamente ligada à sua capacidade de ampliar e consolidar ações extensionistas, que são a principal via de interação com a sociedade. A extensão universitária, quando bem estruturada, permite que as universidades comunitárias atuem como polos de inovação social, desenvolvendo programas de prevenção em saúde, capacitação de agentes comunitários e monitoramento epidemiológico (Freire, 2020). Além disso, a integração entre ensino, pesquisa e extensão

possibilita a criação de soluções adaptadas às especificidades regionais, como o combate a doenças endêmicas em áreas rurais ou a implementação de políticas de saúde mental em centros urbanos. Essa abordagem territorializada é essencial para que as intervenções tenham efetividade duradoura, conforme destacam estudiosos da área (Santos; Carvalho, 2019).

Um dos maiores desafios para o futuro das universidades comunitárias é garantir a sustentabilidade de suas ações, o que demanda não apenas financiamento estável, mas também maior articulação com políticas públicas. A participação em redes colaborativas, como consórcios intermunicipais e parcerias com o SUS pode potencializar seu alcance, permitindo que projetos-piloto sejam expandidos para outras regiões (Oliveira *et al.*, 2022).

Outro aspecto fundamental é a incorporação de tecnologias digitais, como telemedicina e plataformas de educação em saúde, que podem ampliar o acesso a serviços especializados em áreas remotas. Estudos indicam que a digitalização de processos em saúde, quando aliada a uma abordagem comunitária, tende a reduzir desigualdades e melhorar indicadores de bem-estar (Dias; Ribeiro, 2023).

Para que as universidades comunitárias continuem a avançar como atores centrais no desenvolvimento regional, é necessário também fortalecer sua governança e transparência, assegurando que seus projetos estejam alinhados com as reais necessidades da população. A avaliação contínua de impacto, por meio de metodologias participativas, permite ajustes rápidos e maior eficiência na alocação de recursos (Machado; Gomes, 2021). Além disso, a formação de profissionais de saúde com perfil generalista e comprometido com a realidade local é um diferencial dessas instituições, contribuindo para a redução de déficits de atendimento em regiões carentes.

Para Machado e Gomes (2021), o futuro das universidades comunitárias como promotoras de saúde e bem-estar regional depende de sua capacidade de inovar, articular-se com diferentes setores e manter um diálogo permanente com a sociedade. Seu potencial transformador já está comprovado em diversas experiências exitosas, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que seu impacto seja maximizado em escala nacional. É fundamental, então, investir em extensão universitária de qualidade, tecnologias

adaptáveis e parcerias estratégicas, essas instituições podem se tornar verdadeiras âncoras do desenvolvimento sustentável, garantindo que saúde e bem-estar deixem de ser privilégios de poucos e se tornem realidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, evidenciou-se o papel estratégico das universidades comunitárias como agentes promotores de saúde e bem-estar regional. Por meio de sua tríade missionária – ensino, pesquisa e extensão –, essas instituições têm demonstrado capacidade única de articular conhecimento acadêmico com as demandas concretas das comunidades onde estão inseridas. Como discutido, sua atuação vai desde a formação de profissionais de saúde com perfil socialmente comprometido até a implementação de projetos extensionistas que impactam diretamente a qualidade de vida das populações atendidas.

A importância das universidades comunitárias para a saúde regional se revela especialmente relevante em um contexto de desigualdades territoriais e limitações do sistema público. Ao desenvolver ações como clínicas-escola, programas de prevenção e pesquisas aplicadas às necessidades locais, essas instituições não apenas complementam as políticas de saúde, mas também inovam na criação de soluções adaptadas às realidades regionais.

Estudos citados ao longo do trabalho demonstram que tal abordagem contribui para a redução de indicadores negativos, como mortalidade infantil e prevalência de doenças evitáveis, ao mesmo tempo que fortalece a participação comunitária na construção de sistemas de saúde mais democráticos.

Contudo, para que esse potencial seja plenamente realizado, faz-se necessário superar desafios estruturais. A sustentabilidade financeira dessas instituições permanece uma questão central, exigindo tanto maior comprometimento do poder público quanto a busca por modelos alternativos de financiamento. Além disso, a consolidação de parcerias intersetoriais – com SUS, municípios e organizações da sociedade civil – mostra-se essencial para ampliar o alcance e a efetividade das ações desenvolvidas.

Nesse sentido, sugere-se que futuras pesquisas se dediquem a: (1) mensurar com maior precisão o impacto econômico e social das iniciativas em saúde promovidas por universidades comunitárias; (2) analisar modelos de governança colaborativa que possam otimizar a relação entre academia, gestores públicos e comunidades; e (3) investigar estratégias inovadoras de financiamento, como fundos *endowments* ou parcerias público-privadas sem fins lucrativos. Paralelamente, recomenda-se a formulação de políticas públicas específicas que reconheçam e fortaleçam o papel dessas instituições, incluindo linhas de fomento dedicadas a projetos extensionistas em saúde e a criação de marcos regulatórios que facilitem sua atuação em rede.

Em última análise, as universidades comunitárias emergem não apenas como espaços de formação profissional, mas como atores indispensáveis na construção de sistemas regionais de saúde mais justos e eficientes.

Seu modelo híbrido – que combina excelência acadêmica com engajamento social – as posiciona como laboratórios vivos para a inovação em políticas públicas.

Por final, agora incumbe à sociedade, aos gestores e às próprias instituições aproveitarem essa janela de oportunidade, transformando boas práticas em transformações estruturais capazes de garantir saúde e bem-estar como direitos efetivos em todas as regiões do país.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 nov. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.



- COSTA, L. M. et al. A integração entre universidades e SUS na melhoria dos indicadores de saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, p. 1-12, 2022.
- CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Unesp, 2003.
- DEMO, P. *Educação e qualidade*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- DIAS SOBRINHO, J. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. *Avaliação*, Campinas, v. 10, n. 3, p. 67-87, 2005.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.
- GARR, D. *The community college in America*. Washington, DC: American Council on Education, 1996.
- GLEASER, E. *The community college and its role in American education*. New York: McGraw-Hill, 1968.
- GOMES, R. A.; ALMEIDA, M. L. *Extensão universitária e acesso à saúde em comunidades vulneráveis*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- MOROSINI, M. C. (Org.). *Universidade comunitária: uma concepção em construção*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- NISKIER, A. *Educação superior no Brasil: 200 anos de história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- OLIVEIRA, J. F. *Financiamento e gestão das universidades comunitárias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Genebra: OMS, 1948.
- PEREIRA, S. et al. *Formação profissional em saúde e desenvolvimento regional*. Curitiba: CRV, 2023.
- RIBEIRO, D.; FONSECA, A. *Universidades comunitárias e qualidade de vida: impactos socioeconômicos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.
- SANTOS, E. et al. *Epidemiologia e saúde pública: contribuições acadêmicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.
- RISTOFF, D. *A universidade comunitária e o desenvolvimento regional*. Florianópolis: Insular, 2014.
- SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2017.
- TEIXEIRA, C. F. *Gestão municipal de saúde: desafios para o provimento e a garantia do acesso a serviços de qualidade*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS). *Relatório de atividades do projeto Vigilância Alimentar e Nutricional*. Caxias do Sul: UCS, 2020.
- UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI). *Projeto Saúde no Bairro: relatório anual 2021*. Itajaí: UNIVALI, 2021.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: dezembro de 2025.